

Ana Beatriz de Caldas Melo

ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS

Rotulagem nutricional frontal
e o direito à informação



EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Introdução	1
1 Proteção ao Consumidor: Princípios da Boa-fé e Vulnerabilidade	7
1.1 Proteção ao Consumidor no Brasil.....	7
1.2 Princípio da boa-fé e o dever de informar.....	13
1.2.1 Vulnerabilidade Especial	19
1.2.2 Vulnerabilidade Informacional.....	24
1.2.3 Importância do Dever de Informar para o Direito do Consumidor	30
1.2.4 Informação na Oferta	36
1.2.5 Informação na Publicidade	40
1.2.6 Liberdade de escolha por meio da informação	44
1.2.7 Ausência de Informação e Sanções	49
2 Categorias Alimentares e Indicações Essenciais	55
2.1 Categorias Alimentares e a Indústria de Alimentos	55
2.1.1 Alimentos In Natura ou Minimamente Processados	62
2.1.2 Ingredientes Culinários	68
2.1.3 Alimentos Processados	73
2.1.4 Alimentos Ultraprocessados	78
2.2 Indicações Essenciais pela RDC n° 429/2020 e IN n° 75/2020	85
2.2.1 Açúcares Adicionados.....	89

2.2.2 Gorduras Saturadas	94
2.2.3 Sódio	99
2.2.4 Indicações consideradas não essenciais	104
3 Rotulagem Nutricional Frontal à Luz do Direito de Informação ...	109
3.1 Rotulagem Nutricional Frontal e Escolhas Alimentares	114
3.2 Efetivação do Direito à Segurança Alimentar e Nutricional viabilizado pela Rotulagem	118
3.3 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	123
3.3.1 Critérios usados pela ANVISA para selecionar informações na rotulagem nutricional frontal.....	128
3.3.2 Normativas sobre rotulagem de alimentos	133
Considerações Finais.....	139
Referências Bibliográficas.....	145